

CURSOS: “DIREITO À VIDA E AOS TERRITÓRIOS” PARCERIA REDE CERRADO - MESPT

>> Contexto:

No âmbito do Projeto CERES/22/14 - Tecendo elos: Direito à vida e ao Território, celebrado entre o Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN e a Rede Cerrado, estão previstos cursos para formação de organizações e povos e comunidades tradicionais em noções básicas de direitos territoriais, direitos humanos e construção de protocolos comunitários de consulta.

Para tanto, serão realizadas gravações de videoaulas a partir dos conteúdos dos módulos de formação em Direitos Humanos e Automapeamento para disponibilização em formato digital, com acesso livre aos membros de comunidades e entidades interessadas, além da produção de cartilha de suporte à formação.

O curso será realizado em parceria com a plataforma do Ministério Público do Trabalho tanto para as gravações, quanto para a veiculação na plataforma de cursos do MPT.

Além das videoaulas serão produzidos e disponibilizados materiais didáticos, em formato PDF para complementar o conteúdo.

O curso é formado por 3 módulos:

1. Autoafirmação, autoidentificação: Experiência de ser Coletivo e Territorializar (4 aulas)
2. Comunicação popular para Povos e Comunidades Tradicionais (5 aulas)
3. Direitos territoriais e Consulta Prévia, Livre e Informada (4 aulas)

Abaixo, seguem as **ementas** dos três cursos que serão produzidos.



1. EXPERIÊNCIAS DE SER COLETIVO E TERRITORIALIZAR

Responsável: MEST

Quantidade de aulas: 4 aulas de 30 minutos cada.

1. Objetivo

A proposta da colaboração entre o projeto *Tecendo Elos: Direito à vida e aos Territórios* e o *Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (PPGPCTs/UnB)* trata da realização de ações formativas em formato virtual, voltadas para a qualificação das organizações de base que participam da Rede Cerrado e outras organizações ou pessoas interessadas, principalmente PCTAFs.

O ponto de partida é o entendimento que existem assimetrias entre os povos e comunidades tradicionais no que diz respeito ao conhecimento de seus direitos. O foco aqui é para povos e comunidades tradicionais do Cerrado, podendo ser estendida para outros Biomas, que ainda estão iniciando sua trajetória de autoafirmação. No entanto, o curso permanecerá em acesso aberto.

Espera-se que os conteúdos deem centralidade ao Cerrado, porém tendo o cenário do Brasil como pano de fundo.

1.2. PARTICIPAÇÃO DO MESPT: MÓDULO 2

O MESPT é responsável pelo módulo 2, com a temática da « auto afirmação » entre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Este módulo será dividido em três eixos temáticos, a saber:

Eixo 1) Quem somos nós? Como nos nomeamos?

Temas a serem abordados: Identidades coletivas, políticas, interseccionais, mestiças. Sujeitos coletivos, interculturalidade, dinâmica histórica das



identidades, agência dos povos, pertencimento. Auto Denominações, raça e etnia.

Eixo 2) Quem nos nomeou?

Temas a serem abordados: perspectivas institucionais sobre a Autodeclaração/Autodeterminação, auto e hetero identificação. Reconhecimento pelo Estado vs. direito à auto-afirmação. Povos indígenas, quilombolas e « outros» PCTAFs.

Eixo 3) Como nomeamos nossos territórios? Ou quem é nosso território?

Temas a serem abordados: Autoafirmação e afirmação territorial. Corpos-biomas/corpos-territórios, processos de construção da territorialidade

Os conteúdos do curso serão preparados e ministrados por professores, estudantes atuais e egressos, bem como parceiros do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (PPG-PCTs/UnB). Essa abordagem respeitará três grandes diretrizes que orientam a proposta político-pedagógica do Programa: no plano teórico, a sustentabilidade no território, em sentido amplo e, portanto, não restrita à dimensão ambiental; no plano metodológico, a interdisciplinaridade; e, em plano transversal, o diálogo de saberes, que engloba tanto conhecimentos acadêmicos quanto tradicionais. As aulas serão gravadas em estúdio virtual (StreamArte), sob a coordenação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Instituto Educar. O Instituto Educar será responsável pelo agendamento dos estúdios, orientações técnicas para as gravações e edição final das aulas.

1.3. PRODUTOS

1. Videoaulas

O módulo será composto por três (03) aulas (1 aula por eixo). Cada aula terá duração de 30 minutos e será composta por “pílulas” ilustrativas (entrevistas ou



depoimentos) de até 05 minutos, intercaladas com momentos de sistematização e apresentação dos conceitos e debates específicos ao eixo.

A gravação das vídeo-aulas está prevista para a última semana de março e seguirá um cronograma pré-estabelecido de agendamentos .

2. Repositório bibliográfico (em produção)

Para cada eixo, identificar algumas recomendações de leituras, com link ou pdf

3. Cartilha (será produzida nas disciplinas Novas Narrativas 01 e 02, que serão ministradas no MESPT do módulo de abril de 2024)

Apresenta uma síntese dos principais elementos abordados no curso. Em princípio, será organizada em torno das 03 perguntas orientadoras do módulo (Quem somos nós? Quem nos nomeou? Como nomeamos nossos territórios? Ou Quem é nosso território?).

Existe a possibilidade de ter suporte para edição, diagramação e impressão no âmbito do Projeto “Tecendo Elos” ou da Rede Cerrado.

Encaminhamentos:

- Produzir a ementa do curso, indicando a descrição do conteúdo de cada aula, os participantes e o tempo de fala previsto para cada.

1.4. EMENTA DO CURSO:

1. Objetivo:

- As experiências de vida nos territórios tradicionais acontecem no meio do sentir, respirar, pisar, tocar, ouvir e conversar, compartilhando um senso de pertencimento a um povo e a um território. As biografias coletivas se desenvolvem na criação de identidades que se entrelaçam com a própria vida e com as atividades cotidianas, muitas vezes não nomeadas, mas



simplesmente vivenciadas. Na interação com projetos econômicos desenvolvimentistas e políticas públicas que avançam sobre os territórios e vidas, os povos e comunidades tradicionais são surpreendidos por categorizações que tentam definir quem são e como devem viver. Conflitos emergem e são amplificados na tentativa de estabelecer diálogos e garantir direitos.

-
- Lista:
- Eixo 1) Quem somos? (como nos nomeamos?)
- As identidades de pessoas e coletivos são processos, experiências de construção de uma identidade como autoidentificação, vinculada a uma identidade coletiva, que pressupõe o compartilhamento de experiências (sons, cheiros, sabores, símbolos, palavras, lugares, história). Essas experiências se relacionam ou criam o sujeito coletivo e suas práticas compartilhadas, presentes na memória do grupo. Portanto, é uma experiência de identificação imaginada, que produz uma relativa unidade do grupo frente a outros.
- Eixo 2) Como somos nomeados?
- Quem são as pessoas que nomeiam os povos e comunidades tradicionais ou que impõem identidades? Como escapar dessa nomeação que acaba por ser uma dominação? A troca semântica dos termos, como ensina Nêgo Bispo, abre possibilidades para garantir direitos, para impor os sentidos dados pelos coletivos, assim quando esses sentidos tradicionais são acionados se revestem de garantia de direitos.
- Eixo 3) Como nomeamos nosso território? Ou quem é nosso território?
- A diversidade de ser de um território está ancorada em variações temáticas, em tonalidades de ser e viver no território-bioma/coletivo. Essas tonalidades aprofundam sentimentos de pertencimento e conhecimento que repercutem nas interações com as plantas, as águas, os minerais, os animais, nos usos compartilhados ou convivências. A identidade de qualquer povo apresenta



no elemento histórico - além de outros como os elementos linguísticos e psicológicos – o ponto de ligação que une diversas dimensões, por meio de um sentimento de continuidade vivido pelo conjunto da coletividade. O essencial para cada comunidade é reencontrar o fio condutor que a liga a seu passado, assim, podemos afirmar que a história vivida em um território ancora a memória coletiva.

- Participantes (ver possibilidades de agenda):
- Ytxaha (indígena Pankararu, Bioma Cerrado)
- Valdelice Veron (Indígena Kaiowá, Bioma Cerrado e Pantanal)
- André Baniwa (Indígena Baniwa, Bioma Amazônia)
- Ciane (indígena Macuxi, Bioma Lavrado/Cerrado)
- Lucely Pio (quilombola, raizeira, bioma Cerrado)
- Sirlene (quilombola, bioma Cerrado e Caatinga)
- Tantina (raizeira, Sabará, bioma Cerrado)
- Prum (indígena, Krahô, bioma Cerrado)
- Maria Lucia (geraizeira, bioma Cerrado)
- Deyvson Azevedo (comunidade pesqueira, bioma Amazônia)



2. COMUNICAÇÃO POPULAR PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Responsável: Lillian Bento (coordenadora de Comunicação RC)

Quantidade de aulas: 5 aulas de 30 minutos cada.

1. Objetivo

Oferecer ferramentas de Comunicação Popular a partir do uso de dispositivos móveis com o objetivo de fortalecer as estratégias de Comunicação da Rede Cerrado e fortalecer os Núcleos Regionais, conferindo visibilidade às ações e questões enfrentadas pelas comunidades. Busca-se também promover a conscientização sobre questões socioambientais, e potencializar a participação ativa na defesa de direitos sociais, territoriais e afins. Os participantes irão aprender sobre a produção de conteúdo relevante, acessível e impactante, adaptado aos contextos específicos dessas comunidades em texto, áudio e vídeo.

2. Metodologia

2.1. Aulas Teóricas:

- Apresentação de conceitos fundamentais de comunicação popular, identidade cultural, e ferramentas de comunicação relevantes para contextos tradicionais.
- Discussões sobre a importância da comunicação para o fortalecimento comunitário e a preservação da cultura.

2.2. Estudos de Caso:

- Análise de casos práticos de comunidades que alcançaram sucesso na utilização de estratégias de comunicação para promover mudanças sociais positivas e preservar suas tradições.



2.3. Oficinas Práticas:

- Atividades práticas, como a produção de conteúdo audiovisual, criação de campanhas de conscientização, e desenvolvimento de projetos de comunicação comunitária. Atividade realizada em grupos.
- Utilização de ferramentas digitais e mídias sociais relevantes para o contexto das comunidades tradicionais.

2.4. Debates e Rodas de Conversa Online:

- Espaço para debates abertos sobre os desafios específicos enfrentados por comunidades tradicionais no campo da comunicação.
- Rodas de conversa para compartilhar experiências e estratégias entre os participantes.

2.5. Acompanhamento e Feedback:

- Acompanhamento de projetos individuais ou em grupo, com sugestões para melhorias e ajustes.

2.6. Avaliação e Certificação:

- Avaliações regulares, a partir das rodas de conversa, para monitorar o progresso dos participantes.
- Certificação ao final do curso para aqueles que completarem todas as atividades e demonstrarem compreensão dos conceitos abordados.

3. Conteúdo

Módulo 1: Introdução à Comunicação Popular



- 1.1 Definição de Comunicação Popular
- 1.2 Importância da Comunicação para Povos e Comunidades Tradicionais
- 1.3 História e Contexto da Comunicação Popular no Brasil
- 1.4 Desafios para a Comunicação em Contextos Tradicionais
- 1.5. Introdução ao conceito de Comunicação Não-Violenta

Módulo 2: Identidade e Cultura

- 2.1 Preservação da Identidade Cultural
- 2.2 Valorização da Cultura Local
- 2.3 Narrativas Culturais e Histórias Locais
- 2.4 Comunicação como Ferramenta de Resistência

Módulo 3: Ferramentas para a Comunicação Popular

- 3.1 Uso de Mídias Sociais em Contextos Tradicionais
- 3.2 Rádio Comunitária e Outras Mídias Locais
- 3.3 Produção de Conteúdo Audiovisual em dispositivos móveis
- 3.4 Estratégias de Comunicação Oral e Visual

Módulo 4: Comunicação Participativa e Engajamento da Comunidade

- 4.1 Abordagens Participativas na Comunicação
- 4.2 Construção de Diálogo e Consenso
- 4.3 Mobilização Comunitária através da Comunicação



- 4.4 Técnicas de Facilitação em Contextos Tradicionais

Módulo 5: Comunicação para Advocacy e Sustentabilidade

- 5.1 Comunicação para Defesa de Direitos Sociais e Territoriais
- 5.2 Engajamento em Causas Socioambientais
- 5.3 Desenvolvimento Sustentável e Comunicação
- 5.4 Networking e Parcerias para o Fortalecimento Comunitário

Módulo 6: Ética e Responsabilidade na Comunicação

- 6.1 Ética na Produção e Disseminação de Conteúdo
- 6.2 Respeito à Diversidade de Opiniões
- 6.3 Impacto da Comunicação na Comunidade

Módulo 7: Oficina Prática de Comunicação

- 7.1 Desenvolvimento de Projetos de Comunicação Comunitária em Áudio, Vídeo e Texto
- 7.2 Produção de Conteúdo para Mídias Sociais
- 7.3 Estratégias de Mobilização e Engajamento
- 7.4 Avaliação e Aprimoramento Contínuo

3. Bibliografia:



1. Freire, P. (1970). Pedagogia do Oprimido.
2. Melo, J. (2015). Comunicação Comunitária: Métodos e Práticas.
3. Rodríguez, C. (2001). Fissuras na Democracia: Comunicação e Cidadania.
4. Amaral, A. (2007). Comunicação, Cultura e Desenvolvimento.
5. Gonçalves, M. A. (2004). Antropologia dos Povos Indígenas no Brasil.
6. Tufte, E. R. (1997). Visual Explanations: Images and Quantities, Evidence and Narrative.
7. Kunsch, M. M. K. (2003). Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.
8. Traquina, N. (2005). Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias São Como São.
9. Pinsky, C. B., & Pinsky, J. (2007). História da Cidadania.
10. Santos, M. (2006). Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.



3. DIREITOS HUMANOS E TERRITORIAIS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Responsável: Fábio Martins, Assessor Jurídico da Rede Cerrado

Quantidade de aulas: 4 aulas de 30 minutos cada.

1- Introdução

Sob o ponto de vista operacional, trata-se da elaboração da fase de detalhamento dos módulos que serão objeto dos cursos trabalhados nas Oficinas de Formação sobre Direitos Humanos, com foco principal nos Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais, por meio das seguintes aulas:

1. Convenção 169 da OIT e Direitos Territoriais;
2. Direito à Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé como Direito Humano;
3. Protocolos Comunitários de Consulta na defesa dos Direitos Humanos.

O Curso Direitos Humanos e Territoriais tem como objetivo avançar na qualificação dos estudos sobre o tema da regularização fundiária de PCT's. O curso integra um importante diálogo e um intenso processo de discussão com os órgãos do poder Executivo, principalmente FUNAI, INCRA e Fundação Palmares, bem como MDA e MMA. Portanto, trata-se de mais uma iniciativa que pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre a necessidade de os órgãos oficiais de Estado garantirem efetivamente, com a devida participação de Povos e Comunidades, a identificação, delimitação e reconhecimento dos Territórios Tradicionais.

Os conteúdos visam disponibilizar aos participantes análises coletivas sobre as questões contemporâneas dos Direitos Humanos e Territoriais de PCT's, com suas ambiguidades, avanços e recuos; buscando compreender as implicações estruturais



e conjunturais da realidade fundiária brasileira; estimulando e subsidiando os debates e a incidência política em atividades relacionadas às demandas por Regularização. Neste sentido, contamos com um vigoroso e crescente movimento da sociedade civil para pressionar o Estado, fundamentalmente o poder Executivo, a se posicionar a favor do reconhecimento célere dos Territórios de PCT's.

Finalmente, o curso vai abordar os temas relacionados aos atuais marcos regulatórios para a regularização fundiária dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, a partir de uma retrospectiva histórica que identifique os principais desafios.

2- Estrutura Curricular

Título: Direitos Humanos e Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais

Carga Horária: de 30 minutos

O texto está bem redigido, mas aqui está uma revisão gramatical para maior clareza e precisão:

"Sob o ponto de vista operacional, trata-se da elaboração da fase de detalhamento dos módulos que serão objeto dos cursos ministrados nas Oficinas de Formação sobre Direitos Humanos, com foco principal nos Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais, através das seguintes aulas:

1. Convenção 169 da OIT e Direitos Territoriais;
2. Direito à Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé como Direito Humano;
3. Protocolos Comunitários de Consulta na defesa dos Direitos Humanos.



O Curso Direitos Humanos e Territoriais tem como objetivo avançar na qualificação dos estudos sobre o tema da regularização fundiária de PCTs. O curso integra um importante diálogo e um intenso processo de discussão com os órgãos do poder Executivo, principalmente FUNAI, INCRA e Fundação Palmares, bem como MDA e MMA. Portanto, trata-se de mais uma iniciativa que pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre a necessidade de os órgãos oficiais de Estado garantirem efetivamente, com a devida participação de Povos e Comunidades, a identificação, delimitação e reconhecimento dos Territórios Tradicionais.

Os conteúdos visam disponibilizar aos participantes análises coletivas sobre as questões contemporâneas dos Direitos Humanos e Territoriais de PCTs, com suas ambiguidades, avanços e recuos; buscando compreender as implicações estruturais e conjunturais da realidade fundiária brasileira; estimulando e subsidiando os debates e a incidência política em atividades relacionadas às demandas por Regularização. Neste sentido, contamos com um vigoroso e crescente movimento da sociedade civil para pressionar o Estado, fundamentalmente o poder Executivo, a se posicionar a favor do reconhecimento célere dos Territórios de PCTs.

Finalmente, o curso abordará os temas relacionados aos atuais marcos regulatórios para a regularização fundiária dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, a partir de uma retrospectiva histórica que identifique os principais desafios."

